

Wanderlene de Freitas Souza Barros
Anderson Vieira Moura
(Organizadores)

**ENTRE O AUTORITARISMO E A
MODERNIZAÇÃO: Vargas e a Amazônia**

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
<i>Wanderlene de Freitas Souza Barros</i> <i>Anderson Vieira Moura</i>	
PREFÁCIO	11
<i>Thiago Cavaliere Mourelle</i>	
RELAÇÕES DE FORÇA: entre censura e resistência, a imprensa amazonense durante o Estado Novo (1937-1945)	17
<i>Hosenildo Gato Alves</i>	
O JORNAL A TARDE: um vespertino que será sempre o arauto das aspirações populares (1937).....	31
<i>Davi Monteiro Abreu</i> <i>Vanessa Andrade Vasconcelos</i>	
REVISTA SINTONIA: imprensa e poder político no Amazonas durante o Estado Novo (1939-1945)	53
<i>Reginaldo Simões Mendonça</i>	
A POLÍTICA SINDICAL VARGUISTA COMO ELEMENTO DA COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA NO AMAZONAS (1933-1934).....	63
<i>Amaury Oliveira Pio Júnior</i>	
A REPRESSÃO NO GOVERNO VARGAS: prisões políticas em Manaus durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945)	73
<i>Pedro Marcos Mansour Andes</i>	
O “DISCURSO DO RIO AMAZONAS” E AS IDEOLOGIAS SOBRE A AMAZÔNIA: antigos e novos mitos	87
<i>Franco Lindemberg Paiva dos Santos</i>	
À ESPERA DE VARGAS: a recepção do “Discurso do rio Amazonas” entre as classes patronais.....	101
<i>Anderson Vieira Moura</i>	
OS ACORDOS DE WASHINGTON E SEUS DESDOBRAMENTOS NA AMAZÔNIA EM 1943	111
<i>Wanderlene de Freitas Souza Barros</i>	

AS FACES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NA CIDADE DE MANAUS	121
<i>Moisés Dias de Araújo</i>	
A NOVA HISTÓRIA POLÍTICA E OS ASPECTOS DE MITIFICAÇÃO EM VARGAS	131
<i>Larissa Leite Colares</i>	
A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS E AS DISPUTAS POLÍTICAS NO ESTADO DO AMAZONAS (1954-1958)	147
<i>Nadyma Rebelo de Souza</i>	
ÍNDICE REMISSIVO	159
SOBRE OS AUTORES.....	163

APRESENTAÇÃO

Durante um longo período, a historiografia feita no Amazonas privilegiou a virada do século XIX para o XX, focando na chamada *belle époque*, suas causas, consequências e suas frestas sociais. Boa parte dos trabalhos clássicos realizados no estado aborda esse período em seus mais variados aspectos, limitando-se até meados da década de 1920. Num outro caminho, pesquisas mais recentes focaram na história do pós-1964, deixando um vácuo historiográfico entre as décadas de 1930 e 1950. O marco temporal de 1930, que até então mostrava-se como lacuna, surgia como uma incógnita, visto que, a partir daí, como se sabe, a dinâmica política, econômica, social e cultural do Brasil modificou-se drasticamente.

Com o passar do tempo, partindo de novas abordagens, pesquisas sólidas – seja no campo documental, ou mesmo no campo historiográfico –, com temáticas que contemplavam o pós-1930, surgiram, sobretudo no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Entre os poucos trabalhos do pós-1930, destaca-se o da professora Eloína Monteiro dos Santos, que superou essa barreira temporal ao pesquisar, em sua tese de doutorado (1992-1996), aspectos do governo Álvaro Maia; político influente, que permaneceu no poder por quase 12 anos dentro desse recorte. O pioneiro trabalho de Eloína Santos serviu de inspiração e referência aos pesquisadores da atualidade e, como podemos acompanhar nessa coletânea, ainda serve de base para algumas discussões acerca da chamada Era Vargas no Amazonas.

A Amazônia, apesar da distância geográfica dos grandes centros econômico, sempre teve um potencial significativo para o primeiro setor no país. Ciente disso, Getúlio Vargas colocou o estado do Amazonas como parte de seu plano de governo; povoamento e exploração de recursos naturais eram os maiores interesses. Sua presença no Amazonas pode ser acompanhada de perto na documentação existente nos arquivos de Manaus, transitando entre jornais, mensagens do governo, dados econômicos e estatísticos, discursos e processos judiciais; um caminho a ser percorrido que tem se mostrado auspicioso em registros. Ao lado das fontes, dissertações, artigos e apresentações orais em seminários científicos, demonstram um crescimento quantitativo e qualitativo de trabalhos que tratam dos anos em que Vargas permaneceu no poder.

Este livro foi pensado a partir da mesa-redonda “Era Vargas na Amazônia: trabalhadores e sindicatos”, ocorrida durante a **III Jornada de Debates em História: 90 anos da “Revolução de 1930”**, realizada em maio de 2021 pelo Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia – LABUHTA, tendo como convidados os professores Pedro Marcos Mansour Andes, Thiago Cavaliere e Wanderlene de Freitas Souza Barros, e mediada pelo

professor Anderson Vieira Moura. Naquele momento percebeu-se a importância de dividir os resultados das pesquisas com outros estudiosos e incentivar outros pesquisadores, visto a importância do tema.

A coletânea *Entre o autoritarismo e a modernização: Vargas e a Amazônia* tem o viés de registrar a passagem de Vargas e os efeitos de sua administração para o estado. Os organizadores trazem à baila o desfecho de algumas pesquisas que se adensam por anos, assim como a diversidade de abordagens regatadas. As questões políticas agregam maior peso ao livro, porém não menos importantes são as questões culturais, sociais, entre outras. Portanto desejamos uma boa leitura a todos e todas.

*Wanderlene de Freitas Souza Barros
Anderson Vieira Moura*

PREFÁCIO

Getúlio Vargas é um dos mais significativos personagens da história do Brasil. Não apenas devido ao longo período em que chefiou o Poder Executivo nacional – entre 1930 e 1945 e, depois, de 1951 a 1954, totalizando aproximadamente dezoito anos –, mas também e, principalmente, em razão das grandes e profundas transformações que ocorreram no país ao longo de seu governo. *Entre o autoritarismo e a modernização: Vargas e a Amazônia* é uma obra coletiva que oferece ao leitor textos fundamentais para a compreensão da região amazônica, em seus diversos aspectos, durante diferentes momentos do regime varguista.

A chamada “Revolução de 1930”, por si só, marca um rompimento político importante. Um presidente foi deposto, o candidato eleito impedido de assumir e chegou ao poder uma dissidência da elite composta por Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, com o apoio de grupos de oposição de outros estados. A partir de então, uma série de fatos históricos se desenrolam: a guerra civil de 1932, a oficialização do voto secreto e estendido às mulheres, duas novas constituições separadas por apenas três anos, a tentativa de uma revolução de extrema-esquerda e outra de extrema-direita, um golpe de Estado, a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a marcha para oeste, a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), entre outros.

Os anos 1930 e 1940 assistem a um projeto de poder que, para obter êxito, manteve a repressão em uma mão e o convencimento na outra. A democracia liberal foi atacada. O comunismo mais ainda, pois era o principal inimigo. Os trabalhadores que não se encaixavam dentro do modelo sindical oferecido pelo Estado foram descartados, sendo perseguidos e presos. Ao mesmo tempo, principalmente a partir do Estado Novo, sem o questionamento que a normalidade democrática possibilita, foi desenvolvido o discurso de “pai dos pobres”: um líder infalível que estaria salvando o Brasil da luta de classes, promovendo o bem-estar entre elas e atendendo aos anseios do patronato e do operariado.

Para tal, a ação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi fundamental. De um lado, censura; de outro, festejos e propaganda por intermédio do rádio, de jornais e de publicações destinadas às mais variadas faixas etárias. Disseminou-se o discurso governamental em uma conjuntura que impossibilitava a existência de qualquer voz dissonante. A Primeira República passou a ser chamada de “velha” e o Estado, recém-fundado, de “novo”. Assim, as multidões entraram em cena, porém de forma subordinada e dentro de regras pré-estabelecidas por quem comandava o país. Perpetuou-se uma imagem positiva de Getúlio Vargas para a posteridade. Imagem esta que seria ainda mais consolidada após o suicídio, em agosto de 1954, naquele momento já como presidente eleito.

Para a região amazônica, Vargas defendeu sempre o discurso de ocupação de “espaços vazios”, que na verdade eram em grande parte territórios indígenas ou com comunidades ribeirinhas. Os Acordos de Washington, em 1942, a criação do Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e o surgimento dos “soldados da borracha” são alguns vieses da ação do governo federal em parceria com o interventor amazonense Álvaro Maia e com o apoio de Leopoldo Peres, presidente do Conselho Consultivo do estado do Amazonas, e de outros tantos correligionários.

Cabe lembrar também que foi em 1943 quando foram criados os territórios de Guaporé (atual Rondônia), Amapá e Rio Branco (atual Roraima). Portanto, havia uma preocupação e, mais do que isso, uma atuação firme do governo para outras regiões além do centro-sul do Brasil. Mais do que isso, importa-nos saber: como foi a relação entre Vargas com governadores, imprensa, trabalhadores, sindicatos e partidos políticos na região amazônica? São questões que *Entre o autoritarismo e a modernização: Vargas e a Amazônia* toca ao longo de seus doze capítulos.

Portanto, não faltam temas instigantes relacionados ao período em que Vargas governou o Brasil. De fato, ocorreram transformações relevantes, estruturais, que imperiosamente devem ser analisadas para a compreensão de nossa história: a nova relação estabelecida dos governantes com a população, em especial com os trabalhadores; o uso da imprensa durante os diferentes momentos e conjunturas do governo; a ação das autoridades, atuando em uma linha tênue entre a repressão e o convencimento; a ideologia que apoiava o discurso governamental, bem como a recepção desse discurso entre patrões e empregados; os reflexos culturais, políticos e econômicos das ações de Vargas e dos líderes regionais que o apoiavam nos estados.

São sobre esses múltiplos aspectos que se debruçam os capítulos deste livro organizado por Anderson Vieira Moura e Wanderlene de Freitas Souza Barros, que conta com textos de autores que apresentam o resultado de pesquisas que em muito contribuem para a historiografia nacional a respeito do governo Vargas. A obra traz ao leitor, seja pesquisador acadêmico, estudante ou público geral interessado pelo tema, textos que auxiliam a compreensão do projeto político desenvolvido nos anos 1930, 1940 e 1950. Em especial, tratam da região amazônica, parte importante do projeto de desenvolvimento varguista e pouco analisada pelos historiadores se comparada a outras temáticas do período.

A obra faz parte dos trabalhos desenvolvidos pelo Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Ditadura (LETRAD), criado em 2017, relacionado ao curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Após recente expansão e reestruturação, seu nome mudou para Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia (LABUHTA). A integração entre pesquisadores, a realização de

eventos, a divulgação de trabalhos com temáticas inovadoras – ou que lançam novos olhares sobre assuntos já conhecidos – mostra o êxito alcançado pelo grupo nos últimos anos.

Os doze capítulos que compõem este livro são escritos por diferentes pesquisadores que trazem a público resultados do desenvolvimento de suas investigações. Hosenildo Gato Alves apresenta a relação entre o Estado Novo e a imprensa amazonense. O foco principal é a censura governamental sobre alguns periódicos, assim como as práticas de resistência dos mesmos, tentando driblar o aparelho repressivo do regime para conseguir expor suas ideias e também suas críticas ao governo.

Davi Monteiro Abreu e Vanessa Andrade Vasconcelos também analisam a atuação jornalística, tendo como ponto de partida o jornal *A Tarde*. Os autores desenvolvem um estudo sobre o posicionamento e atuação desse periódico nos debates sobre a sociedade amazonense em múltiplos aspectos. O apoio ao Estado Novo, o combate ao comunismo e a crítica à censura são alguns dos pontos abordados.

Reginaldo Simões Mendonça também escolhe o recorte temporal do Estado Novo em sua análise que mira o uso da propaganda política na imprensa amazonense pelo governo Vargas. A revista *Sintonia*, fundada em 1939, é o ponto de partida do texto que mostra como esse veículo jornalístico apoiou os planos do Poder Executivo federal e contribuiu para o convencimento da população em relação ao projeto de poder que estava sendo implementado.

Amaury Oliveira Pio Júnior se detém sobre outro importante momento: a organização partidária que se desenvolveu em 1933 e 1934, consolidada no país inteiro pela formação de novos partidos estaduais que serviram de apoio aos candidatos dos autointitulados “revolucionários de 1930”. No Amazonas, teve esse papel o Partido Trabalhista Amazonense, que expressou sua ideologia e diretrizes nas páginas do jornal *Tribuna Popular*, órgão de divulgação da agremiação partidária.

Pedro Marcos Mansour Andes debruça-se sobre a repressão ocorrida durante a ditadura de 1937. Crimes contra a economia popular e prisões motivadas por questões políticas são objetos de análise. O *Jornal do Comercio* e o periódico *A Tarde* são examinados no intuito de mostrar como o governo Vargas tinha como alvo seus desafetos da cidade de Manaus. Além das reportagens citadas, cartas e telegramas encontrados no Arquivo Nacional enriquecem ainda mais a análise que mostra o êxito do aparato repressivo na capital do Amazonas contra o chamado “perigo vermelho”.

O marcante “discurso do Rio Amazonas” realizado por Getúlio Vargas, em 1940, é objeto de pesquisa de dois capítulos da coletânea. Franco Lindemberg Paiva dos Santos reflete sobre os mitos utilizados pelo presidente para justificar a exploração capitalista da região amazônica, inclusive a referência aos “espaços